

**ORIGENS E PERCURSOS DA EXTENSÃO RURAL NA ARGENTINA E NO
BRASIL EM DOIS ESTUDOS DE CASO: RÍO CUARTO (PROVÍNCIA DE
CÓRDOBA) E REGIÕES NORTE/NOROESTE E BAIXADA LITORÂNEA
(ESTADO DO RIO DE JANEIRO)**

**ORIGINS AND PATHS OF RURAL EXTENSION IN ARGENTINA AND BRAZIL
IN TWO CASE STUDIES: RÍO CUARTO (CÓRDOBA PROVINCE) AND
NORTH/NORTHWEST REGIONS AND COASTAL LOWLANDS (STATE OF RIO
DE JANEIRO)**

**ORÍGENES Y TRAYECTOS DE LA EXTENSIÓN RURAL EN ARGENTINA Y
BRASIL EN DOS ESTUDIOS DE CASOS: RÍO CUARTO (PROVINCIA DE
CÓRDOBA) Y LAS REGIONES NORTE/NOROESTE Y TIERRAS BAJAS
COSTERAS (ESTADO DE RÍO DE JANEIRO)**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-102>

Data de submissão: 09/08/2025

Data de publicação: 09/09/2025

Rafael do Valle Paiva

Doutorado de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Programa de pós-graduação
binacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária
Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidad Nacional de Río
Cuarto (UNRC)
E-mail: rafael.paiva11@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7890820270824809>

Cesar Augusto Miranda Guedes

Doutorado em Economia de Empresas
Instituição: Fundação Getúlio Vargas
E-mail: cezar.eco@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5150452586301405>

Gustavo Ramón Cimadevilla

Doutorado em Ciências da Comunicação
Instituição: Universidad Nacional de Rio Cuarto (UNRC)
E-mail: gcimadevilla@yahoo.com.ar
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8771893395209953>

RESUMO

A Extensão Rural foi marcada por um intenso processo de disputa político-ideológica. Desde sua efetiva operacionalização no Brasil, em 1949 e seu espalhamento pelos demais estados da federação, esteve dividida entre a função social e o difusionismo de pacotes tecnológicos. Com o processo neoliberal, o Estado brasileiro promoveu o esvaziamento do serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), precarizando a ATER pública. Em toda América Latina, os serviços de Extensão Rural também sofreram com as reformas implementadas na mesma perspectiva. O presente estudo contextualiza a Extensão Rural especialmente a partir da análise do sucateamento e terceirização dos serviços da ATER pública, tendo como casos de análise o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a província de Córdoba na Argentina. Desta forma, apresentam-se informações que expressam o quadro atual em

que se encontra a Extensão Rural no Brasil, estado do Rio de Janeiro e como base comparativa, a Argentina, Província de Río Cuarto.

Palavras-chave: Extensão Rural. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Rural Extension was marked by an intense process of political-ideological dispute. Since its effective implementation in Brazil in 1949 and its spread throughout the other states of the federation, it has been divided between its social function and the diffusion of technological packages. With the neoliberal process, the Brazilian State promoted the emptying of the ATER (Technical Assistance and Rural Extension) service, making public ATER precarious. Throughout Latin America, Rural Extension services also suffered from the reforms implemented from the same perspective. The present study contextualizes Rural Extension especially based on the analysis of the scrapping and outsourcing of public ATER services, using the state of Rio de Janeiro, Brazil and the province of Córdoba in Argentina as cases of analysis. In this way, information is presented that expresses the current situation in which Rural Extension finds itself in Brazil, state of Rio de Janeiro and, as a comparative basis, Argentina, Province of Río Cuarto.

Keywords: Rural Extension. Family Farming. Public Policies.

RESUMEN

La Extensión Rural se ha visto marcada por intensas disputas políticas e ideológicas. Desde su implementación inicial en Brasil en 1949 y su expansión al resto del país, se ha dividido entre su función social y la difusión de paquetes tecnológicos. Con el proceso neoliberal, el Estado brasileño promovió la disminución del servicio de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER), lo que precarizó aún más la ATER pública. En toda América Latina, los servicios de Extensión Rural también se han visto afectados por reformas implementadas con la misma perspectiva. Este estudio contextualiza la Extensión Rural, en particular mediante un análisis del desmantelamiento y la externalización de los servicios públicos de ATER, utilizando como casos de estudio el estado de Río de Janeiro (Brasil) y la provincia de Córdoba (Argentina). De esta manera, se presenta información que refleja la situación actual de la Extensión Rural en Brasil, el estado de Río de Janeiro y, como base comparativa, la provincia de Río Cuarto (Argentina).

Palabras clave: Extensión Rural. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o modelo de desenvolvimento rural brasileiro tem passado por inúmeras configurações e reconfigurações. A cada troca no governo federal e dependendo da força política que assume a cadeira de presidente do Brasil, a política pública de desenvolvimento rural assume nova roupagem. Na maioria das vezes, se veste de roupas velhas e empoeiradas, cheias de marcas do antigo sistema oligárquico. Foi o que aconteceu no quadriênio que antecedeu o atual governo do Brasil. Isso representou o retrocesso nas políticas públicas para a agricultura familiar, redução nos valores do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sucateamento das agências de pesquisa e extensão rural nos estados e, em contrapartida, aumentando os incentivos para o setor do grande agronegócio exportador.

Enquanto isso, a Argentina sofria com seu governo pró neoliberalismo de austeridade financeira e com o empobrecimento geral da população. No entanto, mesmo com esse emagrecimento das finanças argentinas, o INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária), continuou atuando e desenvolvendo seus projetos voltados para os pequenos agricultores. A saber, o INTA é responsável não só pelo desenvolvimento de novas tecnologias para o meio rural, mas também em oferecer a assistência técnica e extensão rural para acompanhar de forma contínua as famílias rurais argentinas. Isso, será abordado ao longo do texto. O Brasil, no entanto, desde o início, separou essas duas modalidades em duas agências nacionais, uma para a extensão rural a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e outra para a pesquisa agropecuária, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Essa, portanto, é uma das diferenças entre as políticas para o meio rural dos dois países e, essa contradição, também será abordada ao longo do presente trabalho.

Seguindo por esse caminho e tendo como ponto de partida as questões que envolvem o desenvolvimento rural tanto da Argentina, como do Brasil e em especial a construção/desconstrução das políticas de Extensão Rural voltadas para um público específico, o camponês e suas dimensões de campesinato¹. Tivemos como objetivo principal, delinear as faces do desenvolvimento rural em ambos os países. Permeando suas trajetórias e interjeições, fruto dos processos neoliberalizantes pelos quais perpassaram toda a América Latina desde os 90 do século passado.

Foram observados os casos dos extensionistas brasileiros da CEDRO (Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável) que atuaram em programas de

¹ Para um melhor apontamento sobre camponês e campesinato, indicamos a leitura das seguintes obras: Sociedades Camponesas de Henri Mendras (MENDRAS, 1978), A Questão Agrária de Karl Kautsky (KAUTSKY, 1980), Chayanov e o Campesinato (CARVALHO, 2014) e a obra Agricultura Familiar de Roberto José Moreira (MOREIRA, 1990)

Extensão Rural no estado do Rio de Janeiro e a ação dos extensionistas argentinos do INTA, no escritório local da cidade de Río Cuarto na Argentina. Lançando mão das entrevistas de campo junto aos técnicos atuantes da extensão rural.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que possamos compreender as nuances que envolvem o contexto da pesquisa, fizeram-se necessárias as seguintes perguntas geradoras: Como e quando a extensão rural foi efetivamente implementada pelos governos tanto da Argentina, quanto do Brasil? Em que ponto esse processo foi afetado pelas políticas externas de expansão do capitalismo no pós-segunda grande guerra? E, por fim, como essas mudanças impactaram nas políticas de extensão rural em ambos os países, tanto na esfera do poder público quanto na dimensão das famílias camponesas. Sendo assim, para responder essas perguntas geradoras construímos um aparato metodológico, baseado em atributos qualito-quantitativos. Explorando as interfaces intercambiáveis do objeto em questão.

No início da nossa investigação, consideramos relevante o pressuposto de que a intervenção do Estado nas políticas públicas para o meio rural está diretamente ligada ao desenvolvimento do capital internacional, sendo balizada pelos acordos comerciais externos e pela valorização e intensificação cada vez maior de commodities para abastecimento dos países centrais (União Europeia e Estados Unidos) e periféricos em franca expansão econômica (China). Desta forma, a importância da Extensão Rural estaria diretamente ligada à transferência de tecnologia para a intensificação e aumento produtivo em escala para o abastecimento do mercado externo. Com isso, mesmo com o PRONAF, a agricultura familiar de bases camponesas fica à margem do processo de desenvolvimento rural, sendo afagada apenas por políticas locais e pontuais de seguridade social.

Para uma análise processual dos acontecimentos, buscou-se a comparação dos mecanismos que modelaram a extensão e o desenvolvimento rural tanto da Argentina, como do Brasil. Sendo países que compõe o cone sul, e politicamente o MERCOSUL (Acordo de Complementação Econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), foi possível a aproximação econômica e histórica dos acontecimentos que marcaram a evolução da extensão rural nesses Estados Nação. Apesar do processo de colonização portuguesa e espanhola, guardarem determinismos e idiossincrasias, o meio rural de ambos os países em questão, foram impactados pelas políticas externas incorporadas pelos seus respectivos governos. Contudo, as respostas às influências externas se deram de forma temporal e econômica, distintas. Possibilitando assim, uma perspectiva dos fatos enriquecedora para o presente estudo.

Sendo assim, a abordagem qualito-quantitativa, nos possibilitou, um vislumbre dos meandros das políticas rurais de cada país estudado. Aproximando, então, os dados daquilo que se buscava entender. Ou seja, o desmonte neoliberal das políticas de desenvolvimento e extensão rural para a agricultura familiar de bases campesinas.

Ainda em tempo, sobre a análise qualitativa e o uso dos dados quantitativos na construção dos fatos abordados, vale salientar, como apontado por Vasilachis (1992) que:

“La práctica de la investigación sociológica nos muestra la presencia simultánea de una pluralidad de métodos cuya aplicación es posible con el fin de conocer un determinado objeto o fenómeno social.”(VASILACHIS, 1992).

Entendemos que, a metodologia proposta de natureza qualito-quantitativa, é necessária para compreender os processos e similaridades entre o desenvolvimento rural de ambos os países e localidades estudadas. Isso nos possibilita trafegar pelas diferentes dimensões do objeto, tangenciando o olhar dos técnicos de campo. Enriquecendo assim, a triangulação dos dados coletados.

Importante salientar que, a análise comparativa entre os dois países se deu pela visão dos técnicos de extensão rural, que atuam nos diferentes programas ofertados pelos governos argentino e brasileiro. Podendo assim, identificar nas relações sócio-organizacionais e institucionais, similaridades e diferenças, na dinâmica das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Para tanto, foram aplicadas entrevistas com um questionário semiestruturado, composto de perguntas abertas que buscaram expressar a compreensão dos técnicos e técnicas de campo, sobre o alcance das políticas públicas de extensão rural, bem como os impactos sofridos, ao longo dos anos de desmonte do aparato estatal sob as políticas neoliberais.

Sendo assim, os aspectos metodológicos da pesquisa foram distribuídos em três etapas. Como etapa número um, estabeleceu-se a coleta de dados secundários, objetivando a busca pela atualização do estado da ciência sobre o tema em voga. Em um segundo momento, lançamos mão da Observação Participante dos eventos estudados e, por fim, aplicamos entrevistas pelo uso de um questionário semiestruturado. Com isso, buscou-se respeitar, ao longo do trabalho de pesquisa, a multidimensionalidade da questão agrária no Brasil e na Argentina, dialogando com as interfases do desenvolvimento rural, políticas públicas de extensão rural e reforma agrária. Nesse sentido, as observações e anotações de campo, se constituíram como um importante material de análise, o que facilitou a triangulação dos dados colhidos durante todo o período pesquisado.

3 REFERENCIAL TEÓRICO E HISTÓRICO

3.1 ANTECEDENTES

Nas últimas décadas, especialmente neste século XXI, Argentina e Brasil reafirmaram sua presença entre os maiores produtores e exportadores agropecuários no mundo. Este é o principal segmento de ambos os países no comércio internacional, o que tem implicações geoestratégicas, já que são raros os países no mundo que podem aumentar simultaneamente a produção de alimentos e da agroenergia, fonte renovável onde se destacam o biodiesel e etanol. Estas singularidades estão relacionadas não apenas com a existência de grandes extensões de solo agricultável (no caso brasileiro o maior do mundo), mas também ao esforço em pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), em parceria com algumas universidades públicas, e o moderno agronegócio. Desde a segunda metade do século passado a crescente expansão das exportações, produção e da produtividade, resultou da viabilidade de novos produtos (com destaque para a soja, suco de laranja e carnes) e ampliação da fronteira agrícola, antes inviável técnica e economicamente (principalmente o cerrado, o segundo maior bioma brasileiro dentre os seis, menor apenas que o amazônico). Para o caso argentino, o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA) e a mesma constelação de algumas universidades públicas desempenharam papel semelhante. (GUEDES e SILVA, 2014)

Nessa perspectiva, algumas características singulares compartilhadas, se destacam: o fato de ambos possuírem grandes extensões territoriais (quinto e oitavo países em extensão que, considerados conjuntamente, são suplantados apenas pela Rússia), alta biodiversidade, assim como a condição de grandes produtores e exportadores de bens agropecuários, possuidores de vastas regiões pouco povoadas com abundância de recursos naturais (água, principalmente), como é o caso da Amazônia e da Patagônia. Outro aspecto relevante diz respeito à América Latina; países com nações indígenas originárias e contingentes humanos de várias procedências que trouxeram um ativo intangível que se mesclou e apesar das desigualdades socioeconômicas, possuem uma forte identidade que deve estar em consideração. (GUEDES e SILVA, 2014)

Há também uma questão de fundo relacionada ao processo em curso a partir da Guerra das Malvinas (1982) e a retomada do Estado Democrático nos dois países, quando Argentina e Brasil deixaram de lado rivalidades históricas e iniciaram entendimentos para um projeto de integração, cujo primeiro documento, a Declaração de Foz do Iguaçu (1985), apontava para a construção do MERCOSUL, concretizado pelo Tratado de Assunção (1991), aí também com a participação de Paraguai e Uruguai. (GUEDES e SILVA, 2014)

3.2 A ACAR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

A primeira experiência que se tentou implementar no país, foi no estado de São Paulo no ano de 1948, quando foram realizados entendimentos e firmados convênios entre Brasil e Estados Unidos, culminando com a implementação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro e posteriormente em 1949, agora no estado de Minas Gerais, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Importante salientar que ambos os processos foram incentivados e patrocinados pela Fundação Rockefeller e diretamente pelo mensageiro especial da missão norte-americana, o sr. Nelson Rocfeller. (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Inicialmente a proposta de Extensão Rural estava fortemente influenciada pelo modelo Estadunidense. Contudo, quando aplicado nos sertões do interior do Brasil, esse modelo foi aos poucos assumindo *ares tropicais*, sendo então, aquebrantado e assumindo as cores do povo sertanejo brasileiro. O caráter messiânico inicial, favoreceu à difusão, pelo interior do estado de Minas Gerais, das equipes de Técnicos Extensionistas, compostas por um técnico agrícola e uma economista doméstica, possibilitando uma relação mais próxima com as famílias de agricultores e agricultoras. (RIBEIRO, 2000).

Nesse primeiro momento a Extensão Rural foi norteada pelo Crédito Supervisionado, modelo esse que era fruto das discussões entre a equipe técnica e os próprios agricultores e agricultoras, e tinha como propósito melhorar as condições de vida da população rural, difundindo o uso de vasos sanitários, filtros d'água, produção de compotas com restos de fruta, técnicas produtivas como, a utilização de sementes híbridas e espaçamento correto no plantio. (RIBEIRO, 2000).

Contudo, nos anos de 1960, essa história sofre uma profunda inflexão. O Estado brasileiro percebe o potencial do extensionismo em alcançar rincões nunca alcançados e vê na extensão rural, a oportunidade de difundir a sua política de governo, fortemente influenciada pelas mudanças ocorridas no pós-segunda guerra mundial e diretamente voltadas à difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Nesse período, o crédito que antes era supervisionado, passou a assumir uma nova modalidade, agora o crédito rural passaria a ser orientado, ou seja, como o próprio nome sugere, o crédito passou a ser orientado por objetivos externos à vontade da família rural. A preocupação social², foi gradativamente cedendo lugar à definição de objetivos e resultados quantitativos. Com isso, cada

²Em que pese essa afirmação, e guardada as devidas considerações e debates sobre o tema, sabe-se que a ação da Fundação Rockefeller nos países do “terceiro mundo”, foi diretamente influenciada pelo movimento Keynesiano de ocupação dos espaços dos países pobres, para evitar a expansão das revoltas e revoluções de cunho socialista. Pensa-se, que ocupando os espaços rurais desses países, evitar-se-ia a expansão dos ideais socialista no meio rural. Política essa, característica do mundo bipolar do pós segunda grande guerra. (nota do Autor).

região passou a ser objeto de metas de produção por produto, como afirma Ribeiro (2000), em seu livro *A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. Este mesmo autor argumenta que se o foco anterior era a qualidade de vida da família agrícola, o foco nos anos 60 passou a ser o produto agropecuário.

Ainda nesse marco, analisando historicamente o quadro evolutivo do extesionismo brasileiro, pode-se observar que a experiência de Minas Gerais, serviu como modelo para os demais estados da federação e após a criação da ACAR-MG em 1949, seguiu-se a ANCAR (PE, BA e CE) em 1954; a ASCAR (RS) em 1956; a ACARES (SC) em 1956; a ACARPA (PR) em 1956; a ACARES (ES) em 1957; a ACAR (RJ, GO, MA, PA, AM e DF) em 1958, 1959, 1963, 1965, 1966 e 1967, respectivamente; a ANCAR (SE, AL e PI) em 1962, 1963 e 1966 respectivamente; a ACRAMAT (MT) em 1965. Além disso, a ACAR-MG, deu origem à um organismo nacional de extensão rural, quando em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Já a década de 1970 foi marcada pela transferência de fundos públicos através de crédito rural subsidiado a juros negativos, com o intuito de financiar o modelo agroexportador, fundamentado no tripé Grande Propriedade, Monocultura e Mecanização. Ou seja, o dinheiro público foi utilizado para sustentar o modelo agroexportador fundamentado nos princípios da revolução verde³, que preconizava utilização intensiva de máquinas agrícolas, insumos industriais e que resultou no fortalecimento das contradições sociais no meio rural brasileiro, aumentando a concentração fundiária e os conflitos pela posse da terra.

A extensão Rural sofre então uma segunda inflexão, agora de cunho filosófico e identitário, o extensionista se transforma em agente direto de difusão da política estatal, implementando os pacotes tecnológicos da revolução verde. Em meados da década de 1970, o presidente Ernesto Geisel estatizou o sistema, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) oficializando a mão direta do Estado sobre o trabalho dos Extensionistas. Este sistema era coordenado nacionalmente pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e executado nos estados pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). (BARBOSA, 2009). Em 1973, em 26 de abril, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que assumiria o papel de desenvolvimento de tecnologias para o meio rural brasileiro. Mas, nesse momento histórico, estamos falando da adaptação e implementação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

³ Termo como ficou conhecida a implementação de novas técnicas agrícolas de modernização e mecanização do campo, após a segunda guerra mundial. Também chamada de Modernização Conservadora. (nota do Autor).

Nos anos de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo, a EMBRATER foi extinta e com ela, o SIBRATER, restando apenas as EMATERs (herdeiras da estrutura anterior das ACARs) em cada estado da federação e sob responsabilidade dos governos locais. Essa ação fazia parte do conjunto de reformas liberalizantes implementadas pelo governo Collor, inseridas na lógica do Consenso de Washington⁴ e da política de Estado Mínimo, dentro dos programas de ajuste estrutural da economia (BARBOSA, 2009). Desta forma, a extensão rural sofreu mais um duro golpe, perdendo o seu grau de articulação nacional e ficando sob a responsabilidade dos governos locais, amarrados às oligarquias rurais de cada estado.

Após o fim da EMBRATER, a extensão rural pública ficou diretamente ligada aos interesses locais, sendo de pouca eficácia para a promoção social e a transformação da realidade das famílias agrícolas. O caráter emancipador da extensão, deu lugar ao conformismo e às jogadas políticas dos governos estaduais e municipais. Foi a partir dos incidentes de Corumbiara em 9 de agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás em 17 de abril 1996, onde 12 e 19, respectivamente, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, foram assassinados por jagunços e policiais militares, que o governo de Fernando Henrique Cardoso resolveu implementar políticas voltadas para a solução dos conflitos pela posse da terra no meio rural brasileiro. Além do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar de 1995 (PRONAF), seguiu-se a reorientação da extensão rural pública, agora dentro dos marcos dos planos neoliberais e após o desmonte da estrutura estatal, foi criado o programa LUMIAR, que atendia às reivindicações dos agricultores e agricultoras da Agricultura Familiar. Contudo, devido à escassez de recurso, bem como à fragilidade das cooperativas de técnico(a)s, o programa não durou muito e no ano 2000, foi desativado (DA ROS, 2012).

Em 2004 foi criado o programa ATES, Assessoria Técnica Econômica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, que surgia com o intuito de corrigir os erros do projeto LUMIAR e apresentar uma nova proposta de extensão rural, articulada entre as cooperativas de técnico(a)s, agricultores e agricultoras e suas representações nos movimentos sociais e sindicatos e que objetivava dar solução à problemas históricos no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a reforma agrária e agricultura familiar. Contudo, mais uma vez, o que foi idealizado, esbarrou nos problemas estruturais e financeiros e as sucessivas crises, levaram o modelo à falência e em 2014 os trabalhos das equipes de ATES, foram encerrados.

O estado do Rio de Janeiro, com toda a sua diversidade territorial e produtiva, albergava 80 Projetos de Assentamento, que quando receberam os serviços, apenas 33 foram atendidos pelo

⁴ Para melhor compreensão sobre impactos do Consenso de Washington, indicamos a consulta do artigo O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, de Paulo Nogueira Batista (1994).

programa ATES, coordenado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), uma assessoria que se estendia da região sul do estado, passando pela baixada litorânea e seguindo para o norte/noroeste. Essa vasta extensão territorial era coberta por duas cooperativas de profissionais das ciências agrárias, com pouca ou nenhuma estrutura em equipamentos e veículos para locomoção, além da insegurança nos repasses financeiros por parte do governo federal, culminando com sua extinção no ano de 2014.

Naquele momento, o estado do Rio de Janeiro continha 5.898 famílias, distribuídas em 80 PAs (Projetos de Assentamento), correspondendo a uma área de 177.638,43ha. Estas famílias ficaram sem assistência técnica e extensão rural fornecidas pelo Governo Federal através do INCRA. Ficando o seu acompanhamento, restrito às ações da EMATER-RJ (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro) e das secretarias de agricultura municipais.

Tudo isso, nos ajuda a entender mais elementos do desmonte da estrutura da extensão rural estatal. A fragilidade das secretarias municipais de agricultura, somados ao enfraquecimento e sucateamento dos escritórios locais da EMATER, além dessas estruturas estarem, muitas vezes, ligadas diretamente ao poder oligárquico local e regional, demonstra o esvaziamento das políticas públicas de assistência às famílias assentadas no estado do Rio de Janeiro.

3.3 EXTENSÃO RURAL NA ARGENTINA: TECNOLOGIA E EXTENSÃO DENTRO DE UM MESMO PROCESSO

A Argentina sofreu ao longo de sua trajetória histórica, inúmeras mudanças em seus sistemas de governo e estruturas políticas e econômicas. Os processos de desenvolvimento do setor agroexportador, favorecerem a consolidação das grandes propriedades pampeanas e a especialização da economia argentina, no fornecimento de produtos agropecuários para a Europa.

Numa perspectiva histórica, pode-se compreender que o Agro Argentino se fortaleceu e se perpetuou ao longo dos séculos, assim como ocorreu no Brasil. Contudo o Brasil desde o século XVI já tinha uma presença no comércio mundial com o Pau Brasil e logo após o açúcar. A Argentina será a linha de suprimento para Potosí. Mas o processo argentino é diferente, dando um salto a partir de meados do século XIX.

Aldo Ferrer (2004) assinala que Córdoba foi a maior cidade argentina até meados do século XIX. A mudança espacial do dinamismo econômico para a província e mais especialmente para a cidade de Buenos Aires, tem a ver com a revolução nos transportes (ferrovias e navios à vapor em casco de aço e frigoríficos) que viabilizou a produção em grande escala no pampa úmido, solo considerado um dos mais férteis do mundo.

A extensão rural cumpriu um importante papel nesse processo, em um primeiro momento, como partícipe da construção das identidades territoriais e da emancipação do campesinato mini fundista argentino e em outro momento, como força motriz da consolidação do capitalismo agrário no país. Contudo, o debate sobre o papel da própria extensão rural atravessou as fronteiras acadêmicas e se deu no campo das ações de intervenção ou do respeito à tradicionalidade campesina. Sobre esse aspecto, Cimadevilla (2003), discute exatamente a natureza “não natural” da extensão, quando aborda a contradição entre os papéis da extensão e as tensões entre o tradicional, dito “Natural” e o “Inovador”, dito “Não Natural”.

Si por intervención entendemos el proceso a través del cual se orienta una acción para modificar un estado de realidad identificado intersubjetivamente, ya sea de orden natural - intervención sobre las condiciones del ambiente-hábitat- o social -intervención sobre los órdenes y principios de organización social-, suponiendo además que la acción en cualquiera de esas dimensiones incide sobre la restante, podemos analizar las bases de ese proceso en términos de lo que podrían considerarse sus principales condiciones necesarias.(CIMADEVILLA, 2003).

Nesse sentido, Cimadevilla (2003), discutindo as “naturezas não naturais da extensão rural”, levanta a questão do intervencionismo nas políticas de desenvolvimento rural. Questionando as relações impostas sobre a tradicionalidade camponesa, ao mesmo tempo que levanta a possibilidade de um processo de equilíbrio entre esses dois elementos e as novas relações construídas a partir dessas contradições.

É sobre esses e outros aspectos da evolução histórica da extensão rural argentina que discorre o referido tópico. Buscando o diálogo com a literatura argentina sobre o tema em pauta, objetivou-se traçar uma linha evolutiva dos períodos e etapas históricos pelos quais passou a extensão rural e as instituições que compunham o setor.

3.4 O INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA: PESQUISA E EXTENSÃO JUNTAS

Na Argentina, assim como no Brasil, são inúmeras as instituições que protagonizam o processo de desenvolvimento rural e que se preocupam em pensar a extensão rural, dando encadeamento a novas nuances sobre os dilemas e os paradigmas enfrentados dentro deste processo. Isso possibilita a constituição de uma rede intricada de instituições que pensam, elaboram e executam os processos de desenvolvimento local e rural, bem como as diretrizes pensadas para o trabalho extensionista. Além disso, Brasil e Argentina têm grandes extensões territoriais, quinto e oitavo no mundo, respectivamente, e são federações com unidades federativas com certa autonomia. Isso faz com que

os arranjos institucionais sejam mais diversos do que em Estados unitários, de pequenas dimensões e de poder político mais centralizado.

Dentre as instituições que pensam o desenvolvimento rural, está o INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária), vinculado ao *Ministerio de Producción y Trabajo* (Ministério de Produção e Trabalho) e que se preocupa em construir o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, agroalimentar e agroindustrial através da pesquisa e da extensão, impulsionando a inovação e a transferência de conhecimento para o crescimento do país, como consta do sitio oficial do instituto na rede mundial de computadores. Contudo, veremos que essas atribuições e ideias mudaram ao longo das décadas, desde a sua formação até os dias atuais. O que nos aponta um vértice de diferenciação com o Brasil, quando a EMBRAPA, no Brasil, é formada para a adaptação e produção de tecnologia, o INTA, além de se preocupar com a questão tecnológica, também nasce com a missão extensionista, como aponta Torrado (2023):

En Argentina la presencia de la extensión agraria del ámbito público asociada a la mejora de las condiciones de la producción agropecuaria se inicia durante la primera mitad del siglo XX, tratándose de la iniciativa de apoyo al desarrollo rural de mayor continuidad. Desde mediados de Siglo XX, una institución específica del ámbito nacional, el INTA, pasa a gestionar las actividades de investigación, desarrollo tecnológico y extensión agraria. (TORRADO, 2023).

Ainda sobre a importância do INTA, é necessário salientar que ao longo de sua trajetória, como veremos mais adiante, diferentes debates foram colocados no campo da pesquisa e extensão rural na Argentina. Tendo o INTA, papel protagonista nessa história, oscilará entre as políticas modernizantes e de apoio à população campesina minifundista, como nos indica Torrado (2023):

A lo largo de su trayectoria se identifican alternancias en las priorizaciones que van desde el impulso a la modernización por el incremento de la competitividad de la producción agropecuaria, hasta una visión más amplia y sistémica de las problemáticas de la ruralidad. Estas posturas se combinan en una serie de matices signados por las continuidades y disruptivas en el escenario socio-productivo, alternancias que han resultado, a veces, consecuentes y/o contradictorias con las realidades del mundo rural. (TORRADO, 2023).

Nesse sentido, não é possível se falar de extensão rural na Argentina, sem entender a importância do INTA, tanto para a construção de um ideário extensionista construtivista e pedagógico, como na consolidação de uma extensão dicotômica, em que a transferência de tecnologia através de pacotes tecnológicos rivaliza com a extensão rural humanista e dialógica. Entender o INTA é entender a Extensão rural argentina. Como afirma Carlos Alemany (2003):

Fue esa flexibilidad, capacidad de cambio y adaptación a las diferentes visiones del desarrollo que explica la continuidad institucional alcanzada por el INTA. Es quizás la única organización pública de desarrollo rural que ha alcanzado tal grado de perdurabilidad en el complejo panorama organizacional latinoamericano. Este elemento diferencial se suma a la tradicional y reconocida integración de la investigación y la extensión bajo un mismo marco institucional. (ALEMANY, 2003).

É necessário, segundo Alemany (2003) aprofundar o conhecimento dos diferentes projetos para que possamos compreender as mudanças ocorridas na visão do Estado argentino sobre a assistência técnica aos produtores rurais e sobre o desenvolvimento rural, possibilitando entender a relação existente entre esses dois elementos e a possibilidade ou dificuldade para o reposicionamento e construção de novos projetos institucionais, além de compreender as continuidades e descontinuidades existentes nas diferentes etapas pelas quais passou a extensão rural do INTA.

Nessa perspectiva, é possível elucidar o comportamento frente as trocas entre os diferentes atores institucionais, permitindo refletir sobre o potencial de transformação da extensão rural implementada pelo INTA frente às mudanças da época pelas quais estamos passando e o processo de criação de uma nova institucionalidade para o desenvolvimento rural na argentina (ALEMANY, 2003).

A importância da extensão rural como política pública voltada para a emancipação das famílias camponesas é um debate que se estende desde o final da segunda grande guerra. Passando por inúmeras discussões e inflexões tanto em suas metodologias de execução, quanto à sua própria natureza. Chegamos assim à virada do séc. XX para o XXI com o tema aflorando nos debates dos movimentos sociais. Buscando maior autonomia e participação na tomada de decisão sobre o que é, e o que deixa de ser importante para o meio rural camponês. É nesse sentido que surge a pergunta fundamental deste trabalho, como e porque as mudanças estruturais nas políticas nacionais tanto da Argentina, quanto do Brasil, impactaram frontalmente as políticas públicas para o meio rural, e de que forma essas mudanças também, forjaram uma extensão rural voltada para o grande capital agroexportador e não para as famílias camponesas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se constituiu em três etapas. Considerando a primeira como a coleta de dados secundários consultando buscadores na rede mundial de computadores, além de documentários audiovisuais. A segunda etapa foi constituída de observação direta no campo e a terceira etapa das entrevistas propriamente ditas. Tanto no Brasil, quanto na Argentina, buscou-se entrevistar os principais agentes que, de acordo com critérios que englobavam o envolvimento destes com as organizações locais e seu histórico na atividade extensionista. Possibilitando assim, um apanhado de

informações que representassem o conjunto dos técnicos de campo, já que os entrevistados também foram caracterizados como informantes privilegiados em decorrência de sua inserção em suas próprias instituições.

5 A VISÃO DOS AGENTES DE EXTENSÃO DO INTA EM RÍO CUARTO, ARGENTINA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Localizada ao Sul de Cordoba, Río Cuarto é considerada seu centro urbano articulador (CARBONARI, 2018). Tanto Río Cuarto, quanto o restante da região perpassaram por uma trajetória singular a partir de sua inserção produtiva e social no território, assinalando pelo menos três segmentos de evolução temporal, como aponta Carbonari (2018):

Da ocupação colonial (fim do séc. XVI a início do sec. XIX); Da lenta reorientação econômica (inicio do sec. XIX a incorporação das terras planas); e finalmente, Da incorporação do espaço à economia de mercado ao pleno desenvolvimento do capitalismo agrário (desde o último quartel do século XIX às primeiras décadas do século XX), quando por lei provincial (1888), o extenso departamento de Río Cuarto foi subdividido em três partes: Río Cuarto, Juárez Celman (da antiga colonização até o rio Cuarto) e General Roca (com novos proprietários ao sul do rio Quinto), cortando o controle de Río Cuarto sobre a extensa região. (CARBONARI, 2018)

No aspecto físico-ambiental, Río Cuarto é caracterizada por três grandes unidades: *a) las sierras Comechingones y el Pie de Monte, b) las llanuras bien drenadas, y c) las llanuras mal drenadas*. Esses ambientes se caracterizam por possuírem situações contrastantes de clima, relevo, hidrografia, solos, vegetação e uso da terra. Sendo a principal atividade econômica da região a agropecuária pampeana com base na produção primária de grãos, carne e leite. (DEGIOANNI et al, 2018).⁵

Degioanni *et al* (2018) aponta que nos últimos 30 anos estes sistemas naturais e seus agroecossistemas, foram impactados de maneira diversa e em diferentes escalas no que tange a produtividade e a estabilidade das terras, bem como em sua capacidade de prover bens e serviços de forma sustentável. Os autores seguem afirmando que a utilização de pacotes tecnológicos de tipo industrial, foram adotados de forma massiva, quase universal, sem considerar os fluxos de energia e fragilidades dos ecossistemas naturais. (DEGIOANNI *et al*, 2018).

⁵ Esses apontamentos ficam mais claros no livro coletivo de Carniglia (2018) e no livro em co-autoria com Cimadevilla (CIMADEVILLA E CARNIGLIA, 2009), onde buscam uma caracterização dos processos de urbanização e ruralização de toda a região de Río Cuarto.

Além disso, estes pacotes tecnológicos têm uma forte dependência de insumos industriais, tais como pesticidas e fertilizantes, gerando uma maior vulnerabilidade econômica do produtor por distorções nas relações de preços entre insumos e produtos. (DEGIOANNI *et al*, 2018).

Los impactos de este modelo sobre la producción agrícola son relevantes. En primer lugar se tradujo en un notable aumento de la producción agrícola global pues, por ejemplo, la producción de granos se triplicó en veinte años. Esto se debe, por un lado, a un moderado incremento en los rendimientos por hectárea y, por otro, a una fuerte incorporación de nueva superficie bajo esta modalidad de producción. (DEGIOANNI *et al*, 2018).

5.2 O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo na Argentina, se deu justamente em Río Cuarto, por suas características socioprodutivas e históricas. Ocorreu no período de 03 a 15 de agosto de 2018, foram ao todo cinco entrevistas com técnicos de campo e extensionistas rurais que atuam tanto no INTA como em parceria com a *Universidad Nacional de Río Cuarto*. Além das entrevistas, o trabalho de campo se deu através do conhecimento da rotina de atuação do INTA no município de Río Cuarto, além do acompanhamento do dia a dia do escritório (Agência – Oficina) do INTA no município.

O questionário se baseou em oito perguntas que desmembradas se conectavam, com o objetivo de perceber o grau de inserção do entrevistado/a em sua instituição, bem como sua percepção sobre as políticas gerais do governo nacional e as relações entre as mudanças de governo e sua influência nas ações do próprio INTA e da extensão rural na província de Córdoba.

Por motivos de privacidade e idoneidade da pesquisa, os nomes serão preservados, bem como não será determinado o gênero de quem concedeu a entrevista e, apesar de perguntarmos o cargo e função exercidos, não iremos expor no presente texto para que a identidade seja preservada.

A primeira pessoa entrevistada atua em diferentes projetos de extensão rural, bem como está há muito tempo dentro das instituições, nos expressando uma visão mais abrangente das mudanças políticas pelas quais a instituição passou. Sendo assim, suas respostas foram de importante contribuição para a percepção mais geral da evolução das políticas nacionais agrícolas e de extensão rural.

A segunda entrevista, foi com uma pessoa que está há pouco tempo na instituição, mas também atua em diferentes projetos de extensão, o que nos ofereceu uma visão com maior frescor das mudanças ocorridas nos últimos governos argentinos, bem como uma diferença temporal no que diz respeito ao entendimento das mudanças gerais sofridas ao longo de toda a trajetória do INTA.

A terceira pessoa entrevistada, também nos mostrou uma visão mais ancorada a evolução da instituição, por estar inserida há bastante tempo em inúmeros projetos de extensão, foi possível a partir

da conversa, entender os diferentes períodos por que passou o INTA, bem como as novas diretrizes que estavam se desenhando durante o governo Macri⁶.

A quarta entrevista, também foi com uma pessoa que atuava há pouco tempo dentro da instituição, mas que por sua vez também estava inserida em inúmeros projetos de extensão nos proporcionando uma visão mais recente das ações do INTA, contudo demonstrou diferenças de compreensão das mudanças estruturais pelas quais passou o INTA, se comparada com as respostas das entrevistas anteriores.

A quinta entrevista nos apresentou um apanhado geral das mudanças estruturais que passaram as políticas públicas para o meio rural argentino. Foi concedida por duas pessoas que estavam inseridas há longa data nos processos de assessoria técnica e extensão rural, possibilitando com sua riqueza de detalhes, o entendimento de como os sucessivos governos influenciaram diretamente nas ações institucionais do INTA.

Com a análise dos dados coletados durante o trabalho de campo, foi possível perceber que apesar das diferenças de tempo de atuação no setor de extensão rural, bem como guardadas as diferenças dos trabalhos executados e do grau de inserção em suas instituições, foi possível perceber que as respostas estavam amarradas ao sentimento de que as mudanças ocorridas impactaram decisivamente no trabalho dos extensionistas. Tanto no que diz respeito ao repasse de financiamento como no enxugamento do quantitativo de mão de obra disponível para atuação em campo.

De certo que o INTA é uma instituição de abrangência nacional e que seus escritórios são distribuídos regionalmente e sendo assim, cada uma de suas agências atendem determinado tipo e número de público condizente com a aptidão produtiva da região. Mas, vale ressaltar que a província de Córdoba abriga as duas maiores agências do INTA, sendo a de Córdoba (capital) a maior delas e a de Río Cuarto a segunda maior. E mesmo com essa estrutura e com a importância em decorrência das produções locais, no escritório de Río Cuarto emprega apenas nove funcionários, sendo que cinco são de nível superior, entre agrônomos e veterinários e quatro de nível técnico e de escritório.

Essa defasagem técnica foi observada no acompanhamento do escritório de Río Cuarto, configurando um quadro de constante crescimento da demanda, mas ao mesmo tempo um cenário de esvaziamento do quadro funcional da instituição. Lembremos que as entrevistas foram feitas no auge do governo de Maurício Macri. Governo este, pró neoliberal e alinhado com a onda conservadora que abateu o mundo e a América Latina. Sendo assim, era de se esperar, que a política do estado mínimo

⁶ Maurício Macri foi presidente da Argentina de 2015 a 2019. Assumiu em 10 de dezembro de 2015, encerrando doze anos de governos kirchneristas (de Nestor Kirchner e Cristina Kirchner). Macri foi o primeiro presidente não-peronista em mais de 70 anos a concluir o seu mandato.

também atingisse a Argentina e o INTA, voltando as políticas para o meio rural para o fortalecimento do agronegócio exportador, em detrimento do acompanhamento e promoção do desenvolvimento dos pequenos e médios agricultores rurais e urbanos que atendia o INTA.

Isso ficou evidente na entrevista de número três, quando feita a última pergunta, em que se pretendia compreender a visão que cada técnico teria sobre as mudanças de governo e sua influência nas ações do INTA, a resposta foi contundente em afirmar que naquele momento, se desenhava um rearranjo da estrutura do INTA, isso obviamente por dentro do governo Macri, e que pretendia o desmembramento da ação de pesquisa e inovação, do trabalho de extensão. Lembremos que, como foi abordado anteriormente, movimento similar fez o Brasil desde o início da estruturação da extensão rural se consolidando dessa forma com a formação da EMBRAPA (pesquisa) e da EMBRATER (Extensão Rural). Ou seja, duas instituições separadas em sua gênese e por assim dizer, por seu financiamento, que atuariam no mesmo setor e subjugadas pelo mesmo ministério, o da agricultura.

Mas, depois dessa importante consideração, voltemos para a evolução das entrevistas. As seis primeiras perguntas foram elaboradas com o objetivo de entender qual era o grau de envolvimento da pessoa entrevistada com a instituição em que atuava bem como sua função e seu grau de influência nas ações tomadas pelo escritório regional do INTA.

As respostas à essas perguntas, como se esperava, se detiveram ao caráter institucional, com cada pessoa entrevistada descrevendo o seu cargo e função, bem como as ações que faziam dentro da extensão rural. Contudo, essas perguntas nos possibilitaram separar *o lugar de fala* de cada um e assim, nos foi possível analisar os *por menores* das respostas. Como ficou clara a interpretação de que quanto mais tempo dentro da instituição, mais abrangente é sua visão sobre o processo como um todo e melhor é sua compreensão sobre as mudanças passadas pelo INTA ao longo dos anos.

Nesse sentido, nos pareceu clara a distinção entre os atores, onde os mais jovens ou aqueles que estão recentemente dentro do órgão, têm uma visão com mais frescor e com mais esperança, se comparadas às respostas dos mais velhos, formados há mais tempo, ou que estão no órgão há mais décadas. Estes, nos apresentaram certo pessimismo após anos de batalha contra as mudanças dentro do INTA e que naquele momento se mostravam sem perspectivas de melhora substancial no atendimento das necessidades do setor atendido. Muito pelo contrário, o que se desenhava no período das entrevistas era um cenário de esvaziamento do financiamento e das ações de extensão rural.

Interessante ressaltar que na terceira entrevista a pessoa se mostrou muito apreensiva com as respostas que estava dando e falava expressando certo temor de que pudesse sofrer alguma retaliação em decorrência das informações que estavam nos sendo passadas. Durante toda a entrevista falou em tom de voz baixo e com expressão facial de preocupação, o que caracterizava o medo de que algo

pudesse acontecer. Na tentativa de entender melhor o que estava acontecendo, foi feita a última pergunta e a resposta foi contundente sobre o medo que todos tinham de serem demitidos em decorrência das novas diretrizes do governo nacional.

Ainda nessa entrevista, nos foi deixado claro que todas as mudanças recentes feitas pelo governo Macri estavam sendo implementadas de forma gradativa e escamoteadas por outras ações, como a redução dos repasses para o financiamento dos projetos para pequenos e médios agricultores e que assim, se enxergava de forma evidente a intenção do governo, de gradativamente desmontar a extensão rural no país em benefício dos grandes produtores agroindustriais. E com isso, se justificava o medo de demissão que nos apresentava a pessoa entrevistada.

Ainda sobre esse assunto é deveras importante ressaltar a nossa observação de que é interessante a diferença de visão entre os que têm mais tempo de atuação dentro do órgão, para aqueles que têm menos tempo e isso fica caracterizado na compreensão das mudanças pelas quais passava o INTA durante o governo Macri. Aqueles que estavam há menos de dez anos no INTA, vivenciaram em sua trajetória, dois governos nacionais, o de Cristina Kirchner⁷ e o governo de Mauricio Macri. O primeiro com forte influência peronista e de ação do estado e o segundo seguindo a cartilha do estado mínimo. Nesse sentido, as mudanças implementadas por Macri eram vistas como o rompimento com os governos peronistas e de “libertação” do aparato público das mãos do Estado. No entanto, cabe aqui ponderar que, como a própria história nos provou, a política de estado mínimo teve consequências desastrosas para as economias periféricas da América Latina

Voltando para o questionário, a pergunta sete, que se desmembra em letra A e letra B, bem como a pergunta oito, são perguntas mais gerais e que buscaram nos mostrar a percepção de cada entrevistado sobre as relações institucionais entre o governo nacional, as instituições de extensão rural, o INTA, os governos provinciais e o governo municipal. Além, de na oitava pergunta, fecharmos a entrevista indagando sobre a opinião da pessoa entrevistada sobre a política agrícola do governo argentino.

Nessa parte a primeira entrevista nos apresentou muitos detalhes interessantes, além de demonstrar um profundo conhecimento sobre a evolução do próprio INTA, nos apresentou uma série de questionamentos que nos aproximam dos argumentos utilizados anteriormente e da literatura consultada para a construção do presente texto.

⁷Cristina Kirchner, foi presidente da Argentina de 2007 a 2015. Foi a primeira mulher eleita presidente do país em 28 de outubro de 2007, sendo que de 2003 a 2007, esteve na condição de Primeira-Dama, como esposa do falecido presidente Nestor Kirchner. Entre os anos de 2019 e 2023, também ocupou a vice-presidência da Argentina.

As respostas começam com a seguinte afirmação: “*o maior problema desse modelo organizacional é o trabalho individual*”, se referindo às ações do INTA voltadas para os pequenos e médios agricultores. Essa afirmação representa a grande preocupação com a falta do trabalho na coletividade, a falta de pensamento estratégico para emancipação do pequeno produtor, do agricultor familiar durante os anos que antecederam as mudanças dentro do INTA. Desta forma, ainda durante a entrevista, deixa claro que o foco na unidade individualizada, seja uma pessoa, seja uma unidade familiar, sem a compreensão da inserção autônoma e regional no mercado, só favorece aos grandes conglomerados agroindustriais. Essa afirmação corrobora com o exposto no capítulo dois do presente texto, quando se caracteriza a fase agroexportadora (*agribusiness*) das ações do INTA.

Ainda nessa entrevista, mais a frente nos aponta a mudança de visão estratégica em 2003, exatamente quando assume o presidente Néstor Kirchner⁸. Nos descreve a “*mirada más social y territorial*” do governo alinhada às diferenças territoriais e a realidade social da agricultura familiar argentina. Historicamente os agricultores trabalhavam individualmente e as ações do INTA priorizavam os grupos e associações de produtores. Ainda nesta linha, aponta que em 2018 (governo Macri), além do esvaziamento das ações de extensão rural, houve aumento nos processos de concentração de capital, de terras e da produção, caracterizando a intensificação da agricultura empresarial, em detrimento dos arranjos locais de produção e da agricultura familiar.

Essa declaração contrasta frontalmente com o que foi apresentado pela entrevista de número cinco, que não declara o desconhecimento do processo que estava em curso, mas ainda assim, não aponta nenhum descontentamento ou problema observado com as ações do governo nacional sobre o INTA. Esse caso nos remete à nossa observação feita anteriormente neste tópico, já que o tempo de atuação no setor está diretamente relacionada à percepção da mudança e de suas consequências no trabalho junto às famílias dos agricultores. A pessoa entrevistada na quinta oportunidade tem cerca de 10 anos de atuação, enquanto a pessoa entrevista de número um, tem mais de duas décadas de atuação. Por isso é importante identificar de que lugar nessa conjuntura, a pessoa está falando e, nesse caso, isso foi fundamental para o entendimento das respostas.

Ainda sobre as mudanças implementadas pelo governo Macri, a terceira pessoa entrevistada, ainda com muito medo em suas palavras, nos diz que as agências locais do INTA estão funcionando com menos recursos devido aos cortes do governo nacional. Nos mostrando grande insatisfação com as políticas implementadas à época, nos afirma que atua há mais de duas décadas com extensão rural, o que nos possibilita inferir que o sentimento de exaustão e de frustração com as políticas nacionais é

⁸governou de 2003 a 2007, quando abiu mão de sua candidatura em apoio à candidatura da primeira-dama Cristina Kirchner

real e inserido em seu espaço e tempo, fortalecido pelos anos de experiência e vivência com a extensão rural.

Do que foi descrito até aqui, foi possível perceber o quanto inserido nas mudanças políticas nacionais está o INTA, que de acordo com as pretensões de cada governo assume uma conformação diferente, atuando hora em benefício de um público, hora em benefício de outro. Contudo, isso contrasta com o princípio maior da extensão rural que é o atendimento dos pequenos produtores, que historicamente ficam à margem do desenvolvimento econômico e social.

Por fim, é interessante ressaltar que todas as entrevistas nos apresentaram em maior ou menor grau, uma riqueza de informações que nos possibilitou a construção dos argumentos em torno das ações do INTA em Río Cuarto. Para além dos programas institucionais e do público atingido, as respostas às perguntas nos mostraram um quadro geral que apontava para o desmonte e separação da extensão rural de dentro do INTA. Gradativamente o governo àquele momento esvaziava o financiamento e colocava em xeque a existência das estruturas e a continuidade dos programas. Isso nos ajuda a entender quanto nefasta é a política do estado mínimo e nos aproxima politicamente da realidade brasileira que também se desenha há décadas, com o desmanche das estruturas de extensão rural.

6 A VISÃO DOS EXTENSIONISTAS QUE ATUARAM NO PROGRAMA ATES/INCRA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Com o desenvolvimento dos trabalhos de campo e acompanhamento das famílias assentadas concluído, partimos para mais uma etapa da pesquisa, as entrevistas com os técnicos da CEDRO, que atuaram durante o programa ATES. Contudo, com o surgimento da pandemia de covid 19, as entrevistas que foram programadas para o primeiro trimestre de 2020, não puderam ser executadas. Entretanto, ainda em 2020, no segundo semestre, foram feitas as entrevistas de forma remota. Foi elaborado um questionário semiestruturado, composto de perguntas fechadas e abertas, dando a possibilidade dos entrevistados expressarem suas opiniões por escrito. Foram disponibilizados dois dias para o preenchimento do questionário, com o intuito de preservar a veracidade das informações coletadas e proteger a coleta de dados de possíveis interferências conjunturais político/econômica/social.

Foram elaboradas 12 questões que tentaram abordar os temas discutidos ao longo do texto e buscar informações relevantes para construção da narrativa dos extensionistas brasileiros. As três primeiras perguntas dizem respeito a coleta de dados profissionais, para que pudéssemos entender o lugar de fala de cada um dos entrevistados. Já as demais perguntas versam sobre o entendimento do

papel extensionista, dificuldades e desafio na execução das atividades, relacionamento com poderes institucionais e sobre o papel do Estado como principal agente de fomento das atividades de extensão rural no Brasil.

Por motivos de privacidade e idoneidade da pesquisa, os nomes serão preservados, bem como não será determinado o gênero de quem concedeu a entrevista e, apesar de perguntarmos o cargo e função exercidos, não iremos expor no presente texto para que a identidade seja preservada.

Ao todo, obtivemos 18 questionários respondidos, o que nos propiciou uma boa margem para a análise, já que a diversidade de respostas favoreceu a interpretação dos dados obtidos, bem como a possibilidade de triangular as informações com os outros achados da pesquisa.

Para facilitar o entendimento do argumento a ser construído, apresentaremos as perguntas, seguida das respostas e da interlocução com as mesmas.

A primeira pergunta era apenas para caracterizar o quadro profissional que estava atuando no programa ATES, perguntando para os entrevistados qual era a sua profissão. Obtivemos uma distribuição equilibrada entre profissionais das ciências agrárias (Agrônomos, Eng. Florestais, gestores ambientais, tecnólogos em horticultura, profissionais do Direito), mas tivemos uma predominância de Médicos Veterinários, totalizando assim, 11% dos entrevistados. Mas, essa diferença não é relevante para os méritos da pesquisa, já que houve uma distribuição bem equilíbria entre as demais áreas de formação, demonstrando o equilíbrio do corpo técnico, sendo uma das premissas do programa ATES, a ação multidisciplinar dos técnicos de campo.

A segunda pergunta versa sobre o tempo de atuação na cooperativa. O intuito deste questionamento era que pudesse nos apresentar o grau de maturidade nas respostas, já que a atuação na cooperativa em tempos mais largos, é determinante para que o entrevistado possa nos fornecer uma resposta mais alicerçada nos problemas e dificuldades enfrentados ao longo dos anos.

Nesse sentido houve uma predominância entre 5 e 10 anos de atividade (38%), seguidos de menos de 20 anos de atuação (22,2%) e de menos de 5 anos de atuação (16%).

O que aparentemente pode ser um desequilíbrio nas respostas, nos possibilitou entender mais profundamente a experiência e a vivência dos entrevistados junto ao programa ATES/INCRA (Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental). Como este foi fundado em 2014 e a entrevista foi feita em 2020, significa dizer que os 16%, não tiveram oportunidade de trabalhar neste programa. Contudo, vale ressaltar que as respostas destes entrevistados tiveram outro valor e significado, já que, os mesmos, experenciaram um período de profundo declínio das atividades de extensão rural no estado do Rio de Janeiro.

A terceira pergunta versava sobre os programas em que cada entrevistado trabalhou com extensão rural pela sua cooperativa e em qual período/ano executou os serviços. Assim, obtivemos uma diversidade de respostas, caracterizando o que foi apresentado na pergunta anterior. Há uma mescla de profissionais entre os mais experientes e os mais novatos. Essa diferença será discutida mais a frente, quando concluirmos o debate. Já que o número considerável de profissionais novos no mercado, também é um sintoma da fragilidade financeira dos programas governamentais de extensão rural.

Além disso, obtivemos uma variedade de respostas que incluíam esses profissionais nas mais diferentes atuações no estado do Rio de Janeiro. Todos envolvidos com programas governamentais de extensão rural como ATES/INCRA, ATER/MDA (Assistência Técnica e Extensão Rural, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário), dentre outras. Mas, o que mais nos impressionou nestas respostas foi a alternância de programas aos quais esses técnicos estavam vinculados. O que pode nos sugerir uma fragilidade e inconsistência nos próprios programas, o que leva os profissionais a buscarem dupla atividade ou outra colocação que seja mais segura política e financeiramente.

Isso fica notório quando observamos as respostas da próxima pergunta, que versa sobre problemas financeiros no projeto em que esses técnicos trabalharam. As respostas não foram unanimes, mas aqueles que responderam que sim, encontraram problemas financeiros na execução do seu projeto alcançou 88,9%. Ou seja, quase 90% dos entrevistados observaram problemas financeiros relacionados à execução de suas atividades nos programas governamentais de extensão rural.

A próxima pergunta é condicionada à pergunta anterior, onde questionamos os entrevistados que responderam que sim, haviam observados problemas financeiros. Assim, perguntamos para estes se sabiam o motivo de tal situação financeira. Ao todo obtivemos 16 respostas nesse quesito, das quais 93,8% apontavam que os problemas financeiros eram devido aos atrasos nos repasses financeiros por parte da contratante/governo. E os demais 6,2%, responderam que os problemas eram causados pela modalidade de repasse de recursos por parte do governo, que por sua vez, é inadequado para o modelo de cooperativas prestadoras de serviço. Ou seja, ambas as respostas versam sobre a gestão e repasse de recursos pelo governo em seus programas de atuação de ATER. Isso de fato inviabilizaria uma austeridade financeira por parte das cooperativas, o que fragiliza o serviço e promove o esvaziamento de profissionais mais calibrados e com maior experiência na atuação em extenso rural. E para confirmar isso, uma das alternativas era *Devido à má gestão dos recursos por parte da cooperativa*, essa por sua vez não recebeu nenhum voto. Ou seja, é unanime a impressão por parte dos cooperados, que o problema não está na cooperativa e sim atrelados ao modelo de negócio adotado pelo governo

federal com os constantes atrasos nos repasses financeiros, que impactaram profundamente as finanças das cooperativas.

A próxima pergunta tem por objetivo identificar a percepção dos entrevistados sobre qual organização deve executar os serviços de ATER. Obtivemos 18 respostas, das quais 94,4% apontaram que os serviços de ATER deveriam ser executados tanto pelos governos, quanto pelas cooperativas e ONG (Organizações Não Governamentais).

Percebe-se que foi ofertada diversidade de alternativas a serem marcadas, contudo a maioria foi sobre um trabalho mesclado e equilibrado entre o ente público e as organizações da sociedade civil. No entanto, tivemos 5,6% dos entrevistados que responderam que os serviços deveriam ser executados somente pelas Cooperativas de Técnicos e ONGs, o que nos leva a entender que existe uma insatisfação relevante com a relação entre a cooperativa e o governo, isso pode estar atrelado aos problemas de repasse financeiro que foram abordados nas perguntas anteriores.

E nesse momento, perguntamos se na opinião do entrevistado, o trabalho de extensão rural exercido pela cooperativa era bem executado. Obtivemos uma predominância do SIM, alcançando 50%, contudo observamos algum grau de inconformidade sobre o trabalho executado, sendo que o TALVEZ, recebeu 33,3% e a resposta NÃO, obteve 16,7%. Isso acaba corroborando com o exposto anteriormente, podemos então interpretar essas respostas como estando relacionadas à insatisfação com a execução dos serviços devido aos problemas financeiros enfrentados pelas cooperativas e ao modelo de negócio do governo federal, que acaba enfatizando a fragilidade dos serviços.

Dando vazão as respostas da pergunta anterior, questionamos se o profissional, enfrentou ou enfrenta algum obstáculo ou resistência no trabalho de Extensão Rural. Obtivemos então, 33,9% dos entrevistados respondendo que enfrentou ou enfrenta resistência na execução de seus serviços por parte do poder público e 33,3%, responderam que não enfrentaram nenhum problema ou resistência na execução de suas atividades. Além disso, o que é uma afirmativa muito importante, 11,1% responderam que enfrentam ou enfrentaram resistência por parte dos agricultores. Essas respostas temos que analisar com a devida precaução.

Tivemos 33,3% afirmando que não tiveram nenhuma espécie de problema, isso pode nos apontar para aqueles profissionais que tiveram uma pequena experiência com as atividades junto aos programas governamentais, já que, como analisado anteriormente, 16% dos entrevistados estão a menos de 5 anos na cooperativa e 38,9% estão de 5 a 10 anos na cooperativa. Como os programas de ATER estavam sendo finalizados em meados dos anos 2010, isso pode nos apontar para uma pequena vivência no programa ATES e no programa ATER. O que pode coincidir com a finalização dos empenhos governamentais às cooperativas, ou a um pequeno período de trabalho nestes projetos. De

qualquer forma a prevalência é dos que enfrentam algum problema na execução das suas atividades, totalizando 50% das respostas.

Outro ponto importante a ser analisado, é o fato de 11, 1% respondem que enfrentaram resistência por parte dos agricultores. Isso pode ser explicado pela fragilidade dos programas, bem como pela falta de expectativas das famílias de agricultores em receber de fato, apoio governamental. Isso pode ser observado pelo interlocutor que vos escreve, em seus tempos de extensionista de campo.

A próxima pergunta, versa sobre a percepção dos profissionais sobre a política agrícola do governo federal. As respostas foram bem diversificadas, mas nos ajudaram a entender que existe um entendimento entre os entrevistados no sentido de que o governo federal foi insuficiente no atendimento da agricultura familiar, direcionando seu esforço para o fomento de produção de comodities, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno.

Nesse sentido é possível perceber a insatisfação relevante apontada pelos entrevistados, o que nos ajuda a entender o que foi exposto anteriormente e mesmo que alguns entendam que não enfrentaram dificuldades, as respostas referentes a política agrícola formaram em uníssono, uma veemente insatisfação com a ação do governo federal no meio rural.

A próxima pergunta aborda a percepção dos entrevistados sobre se há diferença relevante entre os apoios institucionais para a produção de *comandities* e os incentivos governamentais para a agricultura familiar. Pergunta: *Para você, existe diferença relevante entre os apoios institucionais para a produção de comandities e os incentivos governamentais para a agricultura familiar?* Nesse caso a resposta foi unânime, todos os entrevistados responderam que SIM.

A próxima pergunta foi a seguinte: Em relação à produção de tecnologia para o meio rural, como você enxerga a relação entre a difusão de pacotes tecnológicos e a ação dos técnicos de extensão. Existe alguma diferença entre Difusão tecnológica e Extensão Rural? O maior número de respostas afirmou que SIM, contabilizando 88,8% e 11,1% responderam talvez. Apesar dessa aparente divergência na concepção da extensão rural, nenhum entrevistado respondeu que NÃO. O que nos leva a acreditar que a percepção de que a grande maioria dos entrevistados entende a extensão rural como um processo dialógico de construção do conhecimento em pé de igualdade com a família rural. No entanto, os 11,1% representam um relativo de conhecimento dos princípios da extensão rural. Isso pode estar relacionado com a baixa idade dos entrevistados e com a pouca experiência de atuação no campo.

A pergunta seguinte versa sobre a compreensão dos profissionais sobre o papel das políticas para o setor rural brasileiro. As respostas obtidas nos apontam para a percepção de que as políticas públicas para o setor rural brasileiro devem apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar (66,7%),

mas também apontam que deve existir um equilíbrio no direcionamento das políticas públicas, que devem atingir tanto a agricultura familiar, quanto o agronegócio. Isso nos aponta que existe o entendimento de o governo federal deve priorizar a agricultura familiar, mas sem deixar de apoiar o agronegócio brasileiro, isso pode estar relacionado com o entendimento de a agricultura familiar deve se desenvolver para que possa se tornar competitiva no mercado capitalista brasileiro.

E a próxima e última pergunta, versa sobre o que os entrevistados acham sobre o papel e a função social da extensão rural. Analisando o conjunto de respostas obtidas, é possível entender que apesar da diversidade de argumentos, há uma tendência a entender a extensão rural com uma importância fundamental na construção de novas relações no meio rural brasileiro, sendo a mediadora de conflitos e interlocutora das famílias rurais, exercendo o seu papel de diálogo e de construção equilibrada do conhecimento, sempre com o objetivo de respeitar as tradições, os modos e a cultura do agricultor e agricultora.

No entanto, salta aos olhos a última resposta obtida, que relata que “*Na extensão rural poucos têm a percepção de que estão assessorando famílias que necessariamente precisam de auxílio nas questões sociais e técnicas*”, o que nos apresenta um quadro em que os atores e atoras do processo ainda não têm a consciência de que a transformação social e econômica depende da compreensão da realidade social em que atuam e de que o equilíbrio entre técnica e atuação social, tem que existir, para que assim possamos construir uma extensão rural realmente comprometida com os interesses da família rural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foram expostos diferentes argumentos acerca das contradições apresentadas pelos governos argentino e brasileiro, ao longo de décadas de atuação no meio rural. Encontramos algumas similaridades e convergências entre os dois processos, caracterizando que as políticas públicas para o meio rural no cone sul, foi influenciado pelos mesmos fatores. Contudo, também foi possível observar que a resposta dada pelos governos de ambos os países fora diferente. Onde um teve uma dinâmica de integrar em uma mesma agência o desenvolvimento de tecnologias e as ações de extensão rural (Argentina), o outro, resolveu separar desde o início essas duas funções (Brasil) e, além disso, de acordo com as cartilhas neoliberais depositadas sobre o mundo periférico, o governo brasileiro resolveu esvaziar as políticas de extensão rural no início da década dos 90 do sec. passado. Acirrando ainda mais os conflitos de terra no país e culminado com a chacina de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, cujo memorial o presente pesquisador teve a oportunidade de visitar durante as execuções deste trabalho de pesquisa.

Analisando as entrevistas e respostas tanto dos técnicos do INTA (Argentina), quanto dos técnicos que aturam no programa ATES (Brasil), foi possível compreender o quanto distantes estão esses dois países do entendimento da necessidade de fortalecimento das agências de extensão rural. O INTA tem atuação importante no fomento das atividades agropecuárias na província de Rio Cuarto, enquanto no caso brasileiro, as políticas de atendimento e assistência técnica, foram deixados de lado, foram sucateados tanto o modelo quanto as próprias agências de extensão rural.

Ainda falando sobre as entrevistas, foi possível identificar a importância dos programas de extensão rural tanto na Argentina, quanto no Brasil. Na Argentina, por mais que tenha passado por inúmeros constrangimentos econômicos, o INTA ainda segue firme em seu propósito. O programa Pro Huerta é um caso de sucesso e que deve servir de referência para os demais países latino-americanos. E no caso brasileiro, foi possível identificar tanto pelas entrevistas com os técnicos de campo, quanto nas entrevistas com assentados, que o programa ATES exerceu real importância na construção da emancipação das famílias assentadas, objetivo este, desejado em todo assentamento de reforma agrária. Contudo, com a extinção do programa, as cooperativas não só sofreram com a falta de repasse financeiros durante a execução dos serviços, como também passam dificuldades em se manterem devido à ausência de políticas públicas para o meio rural.

Sendo assim podemos concluir que tanto Argentina, quanto o Brasil, passaram pelo mesmo processo de reestruturação produtiva, pelas mesmas políticas de austeridade financeira dos projetos neoliberais e chegaram à virada do século ainda sofrendo com as marcas do passado e das respostas desiguais e combinadas do capitalismo periférico, devido às crises do mercado internacional. Apontamos então, que Argentina e Brasil, são *faces de uma mesma moeda*, sendo o reflexo das políticas públicas desiguais que favorecem os grandes empreendimentos agroexportadores, em detrimento do apoio à pequena produção familiar camponesa. Apesar de termos processos diferenciados e temporalmente espaçados em ambos os países, foi possível demarcar as similitudes em meio à essas diferenças. E que a extensão rural e o desenvolvimento rural foram tratados de forma desequilibrada comparando os dois países. Enquanto um resolveu fortalecer e potencializar as políticas de desenvolvimento rural, o outro resolveu tomar o caminho inverso, enfraquecendo o apoio à agricultura familiar no âmbito da extensão e potencializando o agronegócio.

REFERÊNCIAS

- ALEMANY, Carlos. Apuntes para la construcción de los períodos históricos de la Extensión Rural del INTA. In: *La Extesión Rural em Debate*. Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária. Buenos Aires, 2003.
- BARBOSA, Antônio Gomes. Encontros e Desencontros da Extensão Rural Brasileira na Construção Coletiva de Conhecimentos e Saberes. In: Suzi Huff Theodoro, Laura Goulart Duarte, João Nildo Viana (orgs.). *Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável*; – Rio de Janeiro :Garamond, 2009.
- CARBONARI, Maria Rosa. Transitando desde la historia: la estructura socio-territorial del sur de Córdoba. In: Edgardo Carniglia (Org.). *Un territorio desigual: memorias y agendas para el sur de Córdoba*. - 1a ed . - Río Cuarto : UniRío Editora, 2018
- CARNIGLIA, Edgardo. *Un territorio desigual: memorias y agendas para el sur de Córdoba*. - 1a ed . - Río Cuarto : UniRío Editora, 2018
- CARVALHO, Horácio Martrins De. *Chayanov e o Campesinato*. -1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304p.
- CIMADEVILLA, Gustavo. La naturaleza no natural de la extensión rural. In: *LA EXTENSION RURAL EN DEBATE* Concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur. In: Ricardo Thornton & Gustavo Cimadevilla (Org.). Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. Buenos Aires, 2003.
- CIMADEVILLA, Gustavo; CARNIGLIA, Edgardo. *Relatos sobre la Rurbanidad*. -1a. ed. - Río Cuarto: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2009.
- DA ROS, AUGUSTO CESAR. Gênese, Desenvolvimento, Crise e Reformas nos Serviços Públicos de Extensão Rural durante a Década de 1990. In: *Mundo Agrário*, vol. 13, nº25, 2012.
- DEGIOANNI, Américo; CISNEROS, José; BONADEO, Elena; GUTIERREZ, Alberto Cantero e CANTERO, Juan José. Las tierras del sur de Córdoba: Estado actual y desafíos para una agenda de investigación. In: Edgardo Carniglia (Org.). *Un territorio desigual: memorias y agendas para el sur de Córdoba*. - 1a ed . - Río Cuarto : UniRío Editora, 2018
- FERRER, Aldo. *La Economía Argentina. Desde sus Orígenes hasta principios del siglo XXI*. 3^aed. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica de Argentina, S.A. 2004
- FONSECA, Maria Tersa Lousa Da. *A Extensão Rural no Brasil, Um Projeto Educativo para o Capital*. Edições Loyola - São Paulo, 1985.
- GUEDES, Cesar Augusto Miranda; SILVA, Maria Rocio. *Agri-food geographical indications, policies, and social management: Argentina, Brazil, and the Spanish experience in the European context*. Análise Social, XLIX (2), p. 408-429. Universidade de Lisboa. 2014.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3. Ed. - São Paulo: Proposta Editorial LTDA. 1980.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. (tradução de Maria José da Silveira Lindoso). Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro. 1978.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura Familiar: Processos sociais e competitividade*. – Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

RIBEIRO, José Paulo. *A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

TORRADO, Juan José. *Aportes a la comprensión de los procesos de innovación y cambio tecnico en la actividad ganadera extensiva y su relación con las redes y el capital social, Casos de Argentina y Brasil en diálogo*. Tesis Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación Agropecuaria. Universidad Nacional de Río Cuarto. Río Cuarto, Argentina. 2020.

VASILACHIS, Irene. *Métodos cualitativos I: los problemas teóricos epistemológicos*. Centro Editor de América Latina, Buenos Aires. 1992.